



Centro de Estudos e Investigação Científica
Universidade Católica de Angola

PENSAMENTOS SOLTOS MAS ESTRUTURADOS SOBRE A ECONOMIA E SOCIEDADE EM ANGOLA

OS CICLOS DO PREÇO DO PETRÓLEO EM ANGOLA DESDE 1987

Alves da Rocha¹

Professor Titular da Universidade Católica de Angola

Director do CEIC

Indiscutivelmente que o país está em crise financeira e económica. Sobre esta matéria já não há dúvidas e depois do Presidente da República, no dia 12 do corrente mês numa cerimónia de avaliação do estado de execução do projecto imobiliário do Sambizanga, ter reconhecido que o seu Governo está com uma insuficiência de fundos orçamentais para cobrir a execução dos diferentes projectos públicos, já ninguém, da “entourage” política do MPLA, está “autorizado” a admitir o contrário.

A realidade dos números e dos factos (preço do barril de petróleo em sucessivas quedas, a taxa de inflação em permanente subida, as divisas em sistemática penúria, o desemprego a aumentar devido ao efeito contágio e em cascata dos atrasos dos pagamentos do Estado à economia, novos limites de crédito impostos pelo Banco Central – que não serão suficientes para controlar a inflação, podendo mesmo atirar a economia para um período de redução dramática do seu crescimento – e quebra acentuada dos níveis de confiança no Governo e na economia) não permite nenhuma outra análise. Portanto, a questão desloca-se para “**o que está para vir**” e o “**que fazer**”.

¹ Continuo a escrever segundo a ortografia antiga que vigora em Angola.

O que está para vir é muito incerto, e se se atender às previsões das agências internacionais, o preço do barril de petróleo pode descer até USD 40²(até onde pode ir a resistência da economia nacional e da população?). Não existe, a médio prazo, modelo alternativo de manutenção do crescimento da economia nacional ao baseado no petróleo. Apesar dos hossanas cantados depois da recente viagem presidencial à China e ao Dubai (a cidade que “dispensou” o saneamento básico, enquanto bem público e necessidade colectiva fundamental³), a captação de financiamentos e investimentos externos pode defrontar-se com algumas dificuldades se as rectificações do índice de risco-país atribuídas pelas agências internacionais de rating continuarem a ser em baixa, tornando os empréstimos internacionais mais onerosos e exigentes em condições de cumprimento de reembolsos e de ajustamentos às finanças públicas⁴. O ponto essencial é o comportamento do preço do petróleo até ao final desta década. Evidentemente, são muitos os imponderáveis geopolíticos – papel do Irão pós levantamento das sanções internacionais – e de preservação das quotas no seio da OPEP. Se os países desta organização decidirem diminuir a produção em alguns milhões de barris diários – actualmente verifica-se um excesso de oferta (só a Arábia Saudita, desde Dezembro do ano passado, produz um milhão de barris a mais por dia) – pode haver alguma recuperação nos seus preços. O Ministro do Petróleos, Botelho de Vasconcelos, em declarações em 2014 argumentava que Angola necessitava de um preço médio de USD 80/barril, para equilibrar as suas finanças públicas, mas outras estimativas apontam para USD 95/barril. Se a estabilização deste mercado se estabelecer em USD 60 o preço do barril até ao final da década, o défice de receitas petrolíferas (para uma produção diária de 1900 mil barris) poderá ser de 25,1 mil milhões de dólares anuais⁵. Mas se o preço de equilíbrio for de USD 50 (como apontam algumas fontes norueguesas), então o défice das contas económicas de Angola subirá para 32,2 mil milhões de dólares anuais. Portanto, o que está para vir não é seguramente bom.

² Para a Noruega, petróleo a 50 dólares é pior do que a crise financeira mundial. Quando a crise financeira deixou de rastos a economia mundial, a Noruega ficou, em grande medida, incólume aos seus efeitos. Mas com petróleo abaixo dos 50 dólares parece que os receios de uma crise são estão a afectar as expectativas dos cidadãos e empresas.

³ Circula nas redes sociais um vídeo explicando como os detritos e dejectos dos apartamentos e escritórios são tratados.

⁴ A Agência de Notação Financeira Standard & Poor’s reviu, no dia 16 de Agosto, em baixa a classificação de Angola. De “estável” para “negativa” (de B+ para B, abaixo da recomendação de investimento), motivada, essencialmente, pela deterioração das Contas Públicas devido à descida do preço do petróleo. Por isso, esta Agência prevê um crescimento em 2015 de apenas 3,5% e não mais de 4% a 5% até 2020. Ainda segundo a Standard & Poor’s, a produção de petróleo deverá aumentar ligeiramente nos próximos anos, de 1,88 milhões de barris/dia este ano, para 1,9 milhões em 2018, ou seja, um incremento de tão-somente 1% em 2 anos.

⁵ Ver a excelente entrevista de António Costa e Silva, Presidente da Partex, ao jornal O Público de 3 de Agosto do corrente ano.

Que falta está a fazer a diversificação da economia. A diversificação tem o seu “timing” para que resultem efeitos sinérgicos sobre a produção de bens transaccionáveis (a “boa” diversificação) e de bens não transaccionáveis, o emprego e a distribuição do rendimento. Tem de se perceber que o que as economias necessitam para a diversificação é de boas condições de base, retractadas no Doing Business, e não de intervenções desmedidas do Estado na economia, pretendendo fazer o que compete à iniciativa privada. A tendência normal é para as economias se auto-diversificarem, criando-se novas oportunidades de investimento, conquistando-se novos mercados externos, desenvolvendo-se invenções, tecnologias e formas de organização da actividade produtiva. O Estado tem apenas de criar as condições. Porque uma excessiva e desmesurada intervenção do Estado pode gerar quebras de confiança no sector privado, aumenta os compadrios, desenvolve uma cultura de tráfico de influências e reduz a transparência na gestão dos recursos públicos a simples figuras de retórica política.

Quanto ao que fazer, para já o Governo está a ajustar em baixa todas as previsões de crescimento do PIB (global para 4,4%, petrolífero para 7,8% e não petrolífero para 2,9%), do défice orçamental, da taxa de inflação, do rácio da dívida e de outros indicadores dos chamados fundamentais macroeconómicos. A presente Missão do FMI, ao abrigo do artigo IV dos seus Estatutos, certamente que vai sugerir ao Governo várias formas de lidar com a presente situação e seguramente garantir a disponibilidade desta instituição de Bretton Woods para um novo apoio financeiro de grande envergadura.

Mas terá de fazer muito mais. Uma visão verdadeiramente estratégica do desenvolvimento económico sem o excessivo peso do petróleo é absolutamente urgente, como o é a revisão do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025 por manifesta desactualização e desajustamento dos respectivos modelos de crescimento, que não levaram em conta a possibilidade de o preço do barril do petróleo poder bater nos 40 dólares, nem o substancial atraso do processo de diversificação. Face às adversidades e desafios até, pelo menos, 2020, acções como a Reforma Tributária em curso (visando principalmente aligeirar o peso exagerado da tributação petrolífera nas finanças públicas e encontrar novas fontes de dinheiros públicos) e outras devem ser postas em prática com o propósito de tornar o exercício de gestão das finanças públicas e da economia em geral (eficiência, equidade, solidariedade) mais assertivo e menos atreito à ocorrência de factores externos.

É tempo de se começar a equacionar a aplicação de um imposto progressivo sobre as fortunas existentes, a maior parte de origem duvidosa. Thomas Pikett (*Capital in Twenty-First Century*, Harvard University Press, 2014) demonstra as virtualidades deste tipo de imposto sobre o reequilíbrio social da riqueza e do rendimento, a criação

dum poder de compra necessário para a sustentabilidade do crescimento e a melhoria na distribuição dos frutos do crescimento entre capital e trabalho. Seria uma prova consistente com declarações políticas a favor da equidade social e económica e em pouco beliscaria a perspectiva estratégica de criação de um poder económico angolano forte e capaz de concorrer com as corporações estrangeiras interessadas em Angola.

É tempo de se encerrarem definitivamente todas as janelas por onde se escapam dinheiros públicos através da corrupção, do tráfico de influências, dos compadrios e conivências políticas (aplicação, em pleno e com todas as consequências derivadas, do aviso do Senhor Presidente da República “tolerância zero à corrupção” que tem já mais de sete anos (será que ainda podemos esperar algo?), da Lei da Probidade Pública (honorabilidade que todo o Funcionário Público tem de praticar), da Obrigatoriedade de Declaração de Rendimentos e Riqueza da parte dos funcionários superiores do Estado e das empresas públicas, da Lei da Contratação Pública e de muitos outros instrumentos de política pública que não têm passado do papel).

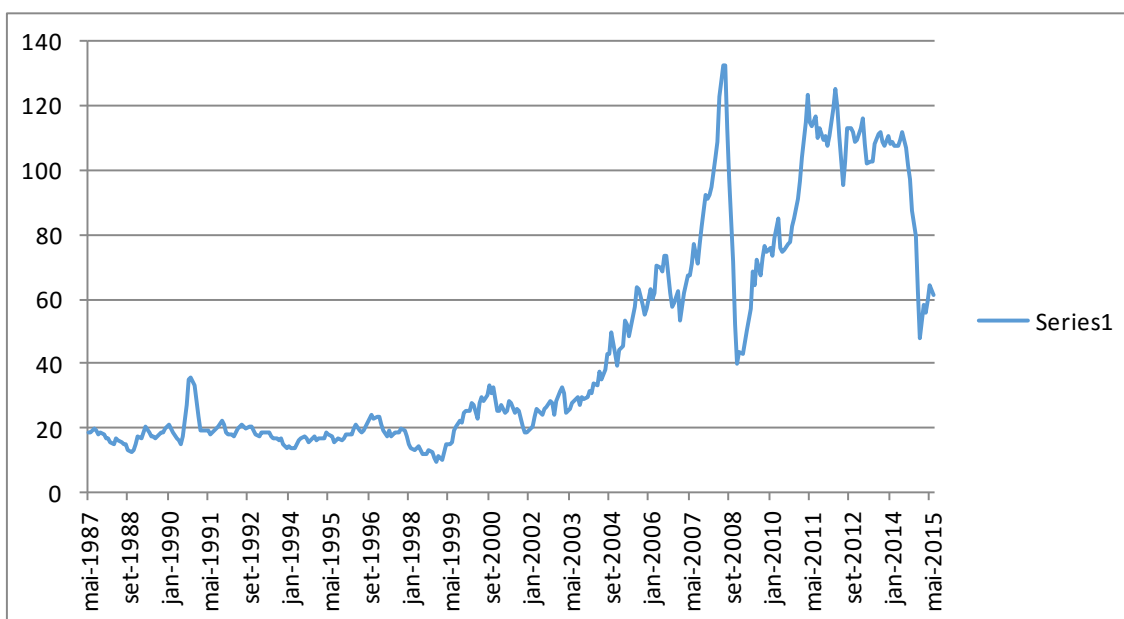
É tempo de regressarem ao país os capitais nacionais que “fugiram” no tempo das “vacas gordas”, para serem investidos na agricultura e na indústria transformadora. Este repatriamento de capitais privados nacionais seria um bom sinal de patriotismo da parte dos seus proprietários e uma manifestação concreta de confiança na economia nacional⁶.

Se não for por estas vias, o que restará então fazer? Continuar a pedir sacrifícios a quem os fez durante 27 anos de guerra civil, ou seja, à esmagadora maioria da população? Este é um caminho com consequências sociais e políticas imprevisíveis.

Qual a verdadeira história do preço do petróleo e os factos a que está ligada? O gráfico seguinte mostra o seu comportamento numa perspectiva de longa duração (Maio de 1987 a Junho de 2015, 338 observações).

⁶ Segundo Thomas Antony Cardamone Jr. estima-se uma média anual entre \$483 milhões e \$2,5 mil milhões de dólares de fuga de capitais de Angola, entre 2001 e 2010 (ver Fuga de Capitais e a Política de Desenvolvimento a Favor dos Mais Pobres em Angola, CEIC-Ajuda das Igrejas da Noruega, Organizadores Alves da Rocha, Regina Santos e Vibeke Skauerud, Luanda Janeiro de 2014).

Comportamento do preço médio mensal do barril de petróleo (usd)



Fonte: Thonson Reuters.

Até sensivelmente Janeiro de 2002, o preço médio mensal do barril de petróleo oscilou sempre na vizinhança de USD 20. O grande “boom” no valor desta “commodity” energética situou-se entre a anterior data e Janeiro de 2008. Justamente este período foi o que registou as mais elevadas taxas de crescimento do PIB em Angola. A queda brusca verificada durante 2008 e 2009 – que consequencializou uma drástica revisão do OGE – coincidiu com a crise financeira do “sub-prime” nos Estados Unidos da América e da queda do crescimento do PIB mundial e das principais economias desenvolvidas e emergentes.

Sendo fácil entender que a “mini-idade” de ouro do crescimento económico do país (2002/2008) apresenta uma forte correlação com o preço e as receitas do petróleo, já o mesmo não é identificável com o período entre Maio de 2011 e Junho de 2014.

Na verdade, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de apenas de 3,4%, contra 11,1% no período dourado. Duas razões fundamentais podem ser aduzidas. Por um lado, a redução da produção petrolífera – devida a problemas diversos, uns de natureza técnica e outros de organização e investimento. A taxa média anual de variação foi de -2,2%, com parciais de -5% em 2009, -0,6% em 2010, -8,1% em 2011, 5,3% em 2012, -0,6% em 2013 e -3,5% em 2014. Por outro, também a economia não petrolífera experimentou alguns obstáculos, tendo a sua taxa média anual baixado de 12,8% entre 2002 e 2009, para 7,7% entre 2010 e 2014. Um sinal claro de que novas fontes de crescimento teriam de ser encontradas, em especial através da diversificação das exportações.

Em termos sintéticos, a economia angolana já foi afectada por duas vezes pela queda do preço do barril de petróleo, uma em 1998 e outra em 2008/2009. A presente crise é a terceira, depois da independência do país. Durante a longa duração – 1987/2015 – o preço médio do barril de petróleo foi de 44,8 dólares.

Durante este extenso período podem ser estabelecidos alguns sub-períodos, de acordo com a sua relação a determinados acontecimentos nacionais e internacionais.

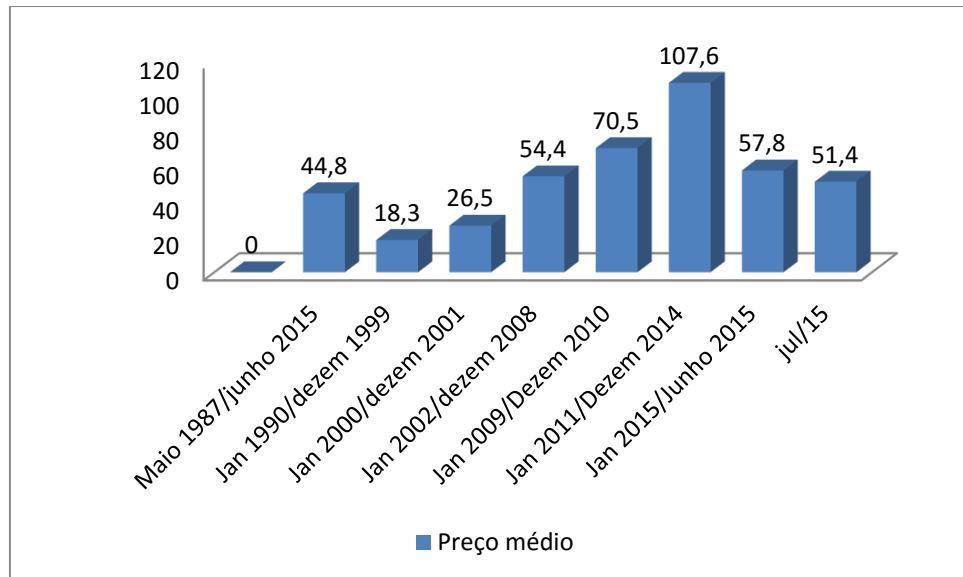
- **Período Janeiro de 1990 a Dezembro de 1999** - O facto mais relevante foi o da transição para a economia de mercado, após a adesão de Angola ao FMI e Banco Mundial em 1984 e de ter sido aprovado o SEF (Programa de Saneamento Económico e Financeiro). Depois da assinatura dos Acordos de Bicesse e da Conferência Internacional de Doadores em 1995 em Bruxelas a guerra civil generalizou-se a todo o território nacional. A taxa média anual do PIB neste período foi negativa e estimada em -3%, com uma crise económica em 1993 e 1994, com o PIB a regredir 21% e 20%, respectivamente. Foi também a fase da hiperinflação em Angola, com registos de 1837% em 1993, 971,9% em 1994 e 3784% em 1995. **O preço médio mensal do barril de petróleo foi de USD 18,3.**
- **Período Janeiro de 2001 a Dezembro de 2001** – Como ocorrências mais notáveis podem ser registadas o novo modelo de gestão macroeconómica (uma muito maior relação entre a política monetária e a política orçamental) e a mudança de toda a equipa económica de então. Do ponto de vista político, eram visualizáveis sinais de que o conflito armado estava próximo do seu fim, urgindo, por conseguinte, preparar a economia para a fase de reconstrução. De negativa, a taxa média anual de variação do PIB de negativa passou a positiva (3%). O processo de desinflação da economia foi posto em prática, favorecido pelo aumento das reservas em divisas e pela nova convergência entre as políticas macroeconómicas, do que resultaram taxas de inflação de 268% em 2000 e de 115% em 2001. **O preço médio mensal do barril de petróleo foi de USD 26,5.**
- **Período Janeiro de 2002 a Dezembro de 2008** – Destaca-se a fantástica dinâmica de crescimento do PIB, ainda que de muito menor intensidade do que aquela que o Governo ia anunciando (foi possível corrigir em baixa estas taxas graças às Contas Nacionais). O país beneficiou de montantes significativos de receitas da exportação do petróleo e de receitas fiscais com a mesma origem (190 mil milhões de dólares para as primeiras e cerca de 107,3 mil milhões para as segundas) e os investimentos públicos em infraestruturas ascenderam a 27,4 mil milhões de dólares. 2005 (15%) e 2007 (14%) foram os anos de maior crescimento do PIB, em 40 anos de

independência política⁷. O processo de desinflação continuou firme, graças também à utilização da âncora cambial para controlar a dinâmica de subida dos preços permitida pelas fantásticas reservas em moeda externa. **O preço médio mensal do petróleo foi de USD 54,4.**

- **Período Janeiro de 2009 a Dezembro de 2010** – O acontecimento mais marcante foi a grande crise financeira e económica internacional que deixou em Angola rastros que ainda hoje influenciam o comportamento do PIB. É pouco credível que o país volte a ter registos de crescimento tão impressionantes como os ocorridos durante a “mini-idade” de ouro. Ocorreram outros factos: diminuição das receitas do petróleo, quer as destinadas à economia, quer as de propriedade do Estado, decréscimo do investimento público em 7,5%, forte atenuação do crescimento económico (taxa média anual de 2,8%), subida da taxa de inflação e instalação de um clima de certo descrédito quanto às capacidades e dinâmicas de crescimento sustentável da economia. **O preço médio mensal do barril do petróleo foi de USD 70,5.**
- **Período Janeiro de 2011 a Dezembro de 2014** – Grande turbulência no mercado petrolífero internacional com uma queda do preço médio do barril, entre Junho e Dezembro de 2014, de 44,2% implicando a obtenção de uma taxa média de variação do PIB de apenas 4,1%. Os Estados Unidos transformam-se no maior produtor mundial de petróleo, enquanto prosseguiu o braço de ferro com a OPEP e a Arábia Saudita quanto ao não ajustamento em baixa da produção da organização. Sinais de que a inflação em Angola volta aos níveis dos dois dígitos e apresentação do OGE 2015 elaborado em bases completamente irrealistas. **O preço médio do petróleo neste período foi de 107,6 dólares por barril.**
- **Período Janeiro 2015 a Julho de 2015** – A grande questão é a de até onde poderá baixar o preço médio do barril de petróleo. Segundo diversas agências internacionais a economia mundial poderá, de novo, entrar num período de petróleo barato, o que favorecerá o seu crescimento. Em Angola, este período é marcado por sucessivas revisões em baixa dos principais agregados macroeconómicos, conforme já referido anteriormente. A inflação anual homóloga em Julho foi de 10,7% e a tendência é para que a taxa de inflação acumulada no final do ano se venha a situar em mais de 12,5%. **O preço médio do barril de petróleo neste período foi de 56,9 dólares.**

⁷ Entre 2002 e 2014 o sector do petróleo propiciou extraordinárias fontes financeiras para o crescimento da economia: 541884,1 milhões de dólares de receitas de exportação, 93108,5 milhões de dólares de investimentos públicos, 272198,2 milhões de dólares de receitas fiscais e uma poupança pública líquida de 29801,5 milhões de dólares.

COMPORTAMENTO DO PREÇO MÉDIO MENSAL DO BARRIL DO PETRÓLEO POR PERÍODOS



Podem ser elencadas algumas conclusões:

- Uma conclusão geral decorrente da análise do comportamento de longo prazo do preço médio mensal do barril de petróleo é que foi inferior a USD 45, estando, portanto, os valores mais recentes ainda dentro desta faixa. Só que as necessidades de financiamento da economia e do Estado são hoje incomparavelmente maiores do que nos períodos em que o preço médio se situou na vizinhança de USD 30 o barril, sendo igualmente de muito maior expressão a corrupção e a necessidade de alimentar uma elite política e empresarial do MPLA com um poder financeiro absolutamente notável.
- Durante 4 anos consecutivos, o país beneficiou de um preço médio mensal acima de USD 100 o barril, o que lhe permitiu acumular receitas fantásticas em divisas e impostos.
- Depois de Dezembro de 2014, o preço médio do barril de petróleo tem decrescido sistematicamente.

As incertezas e as dúvidas sobre como a economia nacional poderá evoluir no futuro mantêm-se e a confiança em que se possa sair da actual crise tem sido cada vez menor.

Luanda, 17 de Agosto de 2015.